

## O “FETICHISMO” DO OURO:

Ruralidade, comércio e mercado interno no centro da América do Sul.

Tiago Kramer de Oliveira<sup>1</sup>

O valor não traz escrito na frente o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o significado do hieróglifo, descobrir o segredo de sua própria criação social, pois a conversão dos objetos úteis em valores é, como a linguagem, um produto social dos homens.

Karl Marx, em *O capital*

À primeira vista, o título e a epígrafe deste artigo podem oferecer uma impressão equivocada sobre o seu conteúdo, principalmente pela utilização da noção de “fetichismo”<sup>2</sup> como norteador de nossa análise. Nosso objetivo não é aplicar qualquer modelo de inspiração marxista ao corpo documental que analisamos, mas sim operar uma “apropriação” de algumas das reflexões de Marx que convergem com as reflexões da historiografia contemporânea.

O que motivou a construção deste artigo foi uma inquietação. Em nossa investigação sobre a formação de ambientes rurais no extremo oeste da capitania de São Paulo (nas regiões que formariam a capitania de Mato Grosso), na primeira metade do século XVIII, percebemos a importância da exploração aurífera para a reprodução de uma sociedade colonial no centro da América do Sul. No entanto, com o avanço da pesquisa documental pudemos perceber que esta importância deve ser relativizada e, principalmente, redimensionada.

A região ao centro da América do Sul, espaço habitado por uma multiplicidade de povos indígenas, já era conhecida pelos espanhóis desde o século XVI<sup>3</sup>. A partir do final do século XVII colonos portugueses penetraram nestes territórios. O que motivava a invasão de vassalos portugueses, principalmente adventícios da capitania de São Paulo, era a reprodução de atividades que compunham o que se convencionou denominar de “sertanismo”, que pode ser definido não simplesmente como execução de atividades, como

---

<sup>1</sup> Mestrando em História na Universidade Federal de Mato Grosso, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Rosa. Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> MARX, Karl. *O Capital*. V. I. Rio de Janeiro: Difel, 1985 p. 79-104.

<sup>3</sup> Sobre a presença espanhola na região, BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972. COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes. Pantanal entre os séculos XVI a XVIII*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997.

o aprisionamento e venda de ameríndios como escravos, ou a procura e exploração de metais preciosos. As práticas sertanistas devem ser compreendidas articuladas a uma série de relações econômicas e sociais, sendo parte de um “sistema”, que, do ponto de vista econômico, possibilitava a mobilização e reprodução de capitais e do ponto de vista social, provocou uma série de rupturas e reterritorializações. O próprio termo “sertanismo” tende a mascarar este caráter eminentemente mercantil e moderno destas práticas, encobrendo de rusticidade relações sociais, econômicas e culturais que, embora tenham contornos específicos, podem ser pensadas, ampliando a escala, como parte de um sistema de relações típicas do processo de acumulação de capital na Época Moderna, assim como, guardando as devidas proporções, o tráfico negreiro.

A expansão das práticas sertanistas para regiões cada vez mais distantes do litoral Atlântico ocorria principalmente por vias fluviais e também por caminhos terrestres. Para dar suporte a estas atividades havia “roças” nas margens dos rios e ao longo dos caminhos de terra. Não é possível precisar quando foram formadas as primeiras espacialidades rurais luso-americanas nestes territórios; o que é certo, seguindo os indícios documentais, é que elas garantiam o abastecimento da empresa sertanista<sup>4</sup>.

Muitas dessas roças, como aponta Jonh Manuel Monteiro<sup>5</sup>, eram formadas com trabalho indígena, seja através do regime de “administração”, no qual muitas vezes os ameríndios eram submetidos ao trabalho compulsório, seja também aliado aos colonos, de forma relativamente independente<sup>6</sup>. O caráter fronteiriço destas relações entre colonos e povos indígenas extrapola o campo das indefinidas fronteiras geopolíticas entre territórios portugueses e espanhóis. Estes ameríndios reproduziam práticas sociais que os inseriam na sociedade colonial em relações de troca com os colonos por meio da produção de excedentes, do mesmo modo em que em seus territórios reproduziam práticas locais de longuíssima duração. Os ameríndios forneciam aos colonos produtos do seu trabalho e recebiam em troca produtos que modificavam a lógica da produção indígena, como, por exemplo, as ferramentas de metal<sup>7</sup>. Relação que não se dava apenas através do “escambo”, mas também na troca de mercadorias por dinheiro. Estas trocas ocorriam nos pontos de contato entre as sociedades indígenas e parcelas da sociedade colonial. A repetição das trocas, e a conseqüente regularidade destas, transformam parte da produção em excedentes

---

<sup>4</sup> PARECER de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732. mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>5</sup> MONTEIRO, Jonh Manuel. MONTEIRO. John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>6</sup> MONTEIRO, Jonh Manuel. *Op. cit.* p. 91.

<sup>7</sup> MONTEIRO, Jonh Manuel. *Op. cit.* p. 172.

e, por conseguinte, em mercadorias. Ao mesmo tempo as mercadorias produzidas pela sociedade colonial tornam-se necessidades entre os povos indígenas.

A produção agrícola dos ameríndios relativamente autônomos, possibilitando o a expansão da exploração do trabalho indígena compulsório, é apenas uma das características da colonização portuguesa que demonstra a complexidade das relações entre colonos e povos indígenas. Questão que se tornaria ainda mais complexa com o posterior contato com povos como os *Payagoa*, *Caiapó* e *Mbayás*, que mantinham, desde o século XVI, relações com os espanhóis.

Mesmo considerando que práticas coloniais espacializavam-se nos interiores da América do Sul, possibilitando a captura e tráfico de “negros da terra” e a procura de metais preciosos, é somente após a descoberta de significativos veios auríferos nas regiões próximas ao rio Cuiabá, que se forma uma sociedade colonial na região. É a partir deste ponto que podemos começar a delinear o “caráter fetichista” do ouro, ou seja, o conjunto de características sociais que este, por ser mercadoria, encobre<sup>8</sup>. Não trataremos das relações sociais envolvidas diretamente na exploração do ouro, como o trabalho escravo (negro e indígena) e, em menor medida, de livres pobres nas minas. Abordaremos aspectos da economia e da sociedade que revelam elementos importantes do processo de formação da sociedade colonial no centro da América do Sul, privilegiando as atividades produtivas desenvolvidas no meio rural e o comércio.

Mesmo antes da exploração aurífera de forma sistemática, já se reproduziam, ainda que de forma embrionária, atividades produtivas que visavam o abastecimento. Quando se inicia a exploração de forma ordenada nas minas do rio Coxipó-Mirim em 1719, percebe-se, por meio da documentação, que simultaneamente à atividade mineradora, desenvolvem-se atividades agrícolas<sup>9</sup>. Ocorreram, a partir de então, diversos outros descobertos, o principal deles, no córrego Prainha, afluente do rio Cuiabá, em torno do qual se formou o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.

As unidades produtivas, que são referidas como “roças”, multiplicaram-se à beira dos rios, principalmente do Cuiabá, abastecendo um considerável fluxo de pessoas atraídas pelos descobertos de ouro e por oportunidades em obter lucros com o comércio e com atividades produtivas<sup>10</sup>. Apesar do termo “roças”, aparentemente fazer referência à

---

<sup>8</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* p. 81.

<sup>9</sup> SÁ, José Barboza de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Ed. UFMT/Secretária de Educação e Cultura, 1975 p. 11.

<sup>10</sup> PARECER de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732. mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT. CAMELO, João Cabral . Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiáses,

agricultura, nestas unidades produtivas desenvolviam-se uma série de atividades. Além do plantio, principalmente de milho e de feijão, também havia criações de pequenos animais como galinhas, porcos e carneiros, e eventualmente cabeças de gado; praticando-se ainda a caça, a pesca e atividades extrativistas de uma forma geral. Esta foi uma das razões para optarmos pelo termo “ruralidade”, e não atividades agrícolas ou agropastoris, para caracterizar as práticas sociais de reprodução do meio rural.

Os documentos também fazem referência à existência de “sítios”, “chácaras” e “fazendas”<sup>11</sup>. O termo “sítio” poderia fazer referência a uma unidade produtiva, mas na maioria das vezes era utilizado para fazer referência a lugares povoados, vilarejos de agricultores no meio rural<sup>12</sup>. A documentação, tanto por parte dos cronistas quanto a produzida pelas autoridades locais, diferenciam “roças” e “fazendas”<sup>13</sup>. Esta diferenciação está, a nosso ver, ligada, não à extensão das propriedades, mas à utilização em maior ou menor escala, de trabalho escravo<sup>14</sup>.

A intensificação das atividades mineradoras, a fundação de arraiais, povoados e unidades produtivas rurais possibilitaram que entre 1719 e 1727, se formasse na região das “minas do Cuiabá”, uma rede produção e circulação de mercadorias. Gervásio Leite Rebelo registrou a diversidade da produção rural. De sua *Notícia 6ª Prática...* é possível relacionar os seguintes itens: milho, farinha de milho, feijão, galinhas, carne de porco fresca, carne de porco salgada, abóboras, toucinho, ovos, arroz, carne de peixe, canjica, cuscuz, bolos, biscoitos, pastéis, pipoca, catimpuera, alojá, angu, farinha de cachorro,

---

na Capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 in TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. Relatos monçoeiros. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961 p. 135-139.

<sup>11</sup> CARTA de Luiz de Mascarenhas ao rei D. João V. 03-10-1744; mss. microfilme Rolo 02, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT. PARECER de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732. mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT. CAMELO, João Cabral. Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na Capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 in TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. Relatos monçoeiros. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961, p. 138-139.

<sup>12</sup> Ver BORGES, Francisco Caetano. *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade*. Publicações Avulsas nº 28. Cuiabá: IHGMT, 2001. CAMELO, João Cabral. *Op. cit.* REBELO, Gervásio Leite. (1727). *Notícia 6ª prática*, E a relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses governador e capitão-general da Capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas. in TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. Relatos monçoeiros. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961.

<sup>13</sup> CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 138-139. CARTA de Rodrigo César de Menezes a S.M. dando seu parecer sobre a exposição feita pelos oficiais da Câmara de Cuiabá a respeito do gentio Paiaaguás e Parecis. Lisboa, 13 de janeiro de 1732. AHU/NDHIR, mficha 6, doc. 80

<sup>14</sup> No entanto ambas aparecem como produtoras de alimentos como milho, feijão, mandioca e ainda na criação de animais, principalmente porcos, mas também cabras e gado.

aguardente<sup>15</sup>. Além destes são referenciados na documentação outros produtos como batatas, melões, bananas, melancias, mandioca, mel<sup>16</sup>.

A fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1727 consolidou a conquista daquela possessão portuguesa. A fundação da vila significou a ampliação dos dispositivos do “sistema administrativo”<sup>17</sup> metropolitano, assim como a institucionalização e o reconhecimento de poderes locais<sup>18</sup>. A consolidação de um ambiente urbano tão distante dos territórios conquistados pelos portugueses até o século XVII, só foi possível com a formação de uma rede local de produção e circulação de mercadorias articulada ao comércio monçoeiro. A partir da fundação da Vila Real, os indícios documentais apontam para a expansão nas atividades mercantis e produtivas. Até mesmo porque acompanharam Rodrigo César de Meneses, em sua comitiva para fundar a vila, mais de 3000 pessoas, o que em primeiro momento inflacionou os preços das mercadorias, das moradias e dos escravos.

As cartas de sesmarias, concedidas a partir de 1726, fornecem indícios sobre a formação de ambientes rurais no *termo* da Vila de Cuiabá. Estes documentos informam não só o nome dos requerentes e sobre o uso da terra. As cartas apontam nomes de pessoas que circunvizinhas às terras requeridas que reproduziam atividades rurais em posses não oficializadas como sesmarias<sup>19</sup>.

É possível na análise desta documentação, entrecruzando-a com outros indícios documentais, perceber a diversidade dos ambientes rurais. Espacialidades camponesas pontilhavam a beira dos rios e as regiões próximas aos arraiais. Em nossa pesquisa temos percebido que o campesinato era um elemento importante e revelador da sociedade colonial reproduzida no centro da América do Sul. Além de, em termos funcionais, os camponeses terem desempenhado um papel importante para o abastecimento e para a conquista do território, o campesinato constituía-se em um espaço legítimo de reprodução

---

<sup>15</sup> REBELO, Gervásio Leite. (1727). *Op. cit.* p. 129.

<sup>16</sup> CAMELO, João Cabral *op. cit.* p. 139. Sá. Barboza de. *op. cit.* p. 14.

<sup>17</sup> A noção de *sistema administrativo* é referência a SOUZA, Laura de Mello. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

<sup>18</sup> ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista in ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003.

<sup>19</sup> CARTA DE SESMARIAS concedida à Antonio Borrhalho de Almada em 07 de fevereiro de 1727. AESP-Sesmarias-1720/1736 – V.III. São Paulo, 1937 apud SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A ocupação pioneira da região do Rio Cuiabá abaixo*. Cuiabá: IHGMT. Publicações Avulsas, nº1 1997 p. 14-16. CARTA DE SESMARIAS concedida à Miguel Antonio Sobral em 07 de fevereiro de 1727. AESP-Sesmarias-1720/1736 – V.III. São Paulo, 1937 apud SIQUEIRA, *Op. cit.* p. 14-16. CARTA DE SESMARIAS concedida à Domingos Leme da Silva em 06 de março de 1727. AESP-Sesmarias-1720/1736 – V.III. São Paulo, 1937 apud *Op. cit.* p. 16-17. CARTA DE SESMARIAS concedida à Ângelo da Fonseca Leitão em 08 de janeiro de 1727. AESP-Sesmarias-1720/1736 – V.III. São Paulo, 1937 apud SIQUEIRA *Op. cit.* p. 12-14. *Repertório das Sesmarias concedidas pelos capitães-generais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821*, São Paulo, 1994.

social, alternativo à relação hegemônica senhor/escravo, e ao mesmo tempo articulada a outras atividades produtivas escravistas e aos interesses metropolitanos<sup>20</sup>.

Os povos indígenas, além de se constituírem como mão-de-obra escrava e terem seus territórios convertidos em possessões coloniais, ao mesmo tempo, de forma autônoma, mantiveram relações de troca com os colonos. Os dados demográficos sobre a presença indígena no centro da América do Sul não nos oferecem uma estimativa segura; no entanto, segundo Carlos A. Rosa “toda a população colonial de Cuiabá até 1750 representava apenas 7% da população subestimada de apenas cinco das sociedades ameríndias”<sup>21</sup>.

Segundo, Camelo, alguns ameríndios *Mbayá*, também conhecidos como *Guaicurús* ou *Cavaleiros*, negociavam vacas, carneiros e cavalos em “rancharias” dos colonos<sup>22</sup>. De acordo com os indícios documentais a mercadoria dos *Mbayá* mais cobiçada pelos colonos, eram os cavalos, dos quais foram os principais fornecedores até pelo menos a abertura do caminho de terra que ligava Cuiabá a Goiás, em 1736<sup>23</sup>. Há registros de outros povos ameríndios, cujas etnias ou parcela étnicas não foram identificadas, habitando a região do rio São Lourenço, onde viviam em suas aldeias e possuíam lavouras e canaviais, bem próximos e interligados à espacialidades coloniais<sup>24</sup>.

As unidades produtivas escravistas, fazendas e engenhos, assim como as outras espacialidades rurais reproduziram-se à beira dos rios e nas proximidades das vilas e arraiais. Nas fazendas além do cultivo de roças e a criação de gado em pequena escala, destacavam-se as criações de porcos, que eram neste momento a principal fonte de abastecimento de carne. Embora enfatizemos que as atividades agrícolas possuíam articulações com o comércio era comum que mineradores mantivessem fazendas fundamentalmente para alimentar seus escravos<sup>25</sup>, embora também vendessem parte da produção no mercado local.

---

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Ruralidade e campesinato na terra da conquista: considerações sobre a formação do meio rural em Mato Grosso (1719-1750)* Monografia (Graduação em História) – Cuiabá: ICHS, UFMT, 2005.

<sup>21</sup> ROSA, Carlos Alberto. *Op. cit* p. 37.

<sup>22</sup> CAMELO, João Cabral. *Op. cit*.

<sup>23</sup> CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>24</sup> REPRESENTAÇÃO de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732; mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT. CAMELO, João Cabral. *Op. cit*.134. Provavelmente estes índios forneciam cana-de-açúcar para os senhores de engenho de Cuiabá.

<sup>25</sup> Repertório das Sesmarias concedidas pelos capitães-generais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821, São Paulo, 1994.

É conhecida a proibição da “fabricação de engenhos” em áreas de mineração, no entanto a existência de engenhos e a importância destes são incontestes na documentação e sua construção não era prática desconhecida das autoridades metropolitanas<sup>26</sup>. João Cabral Camelo apontou em seu relato que, quando em 1727 chegou a Cuiabá, havia somente um engenho de aguardente, e que em 1730, quando retornou, já havia cinco nas imediações da vila<sup>27</sup>. Não sabemos exatamente a dimensão de cada um destes engenhos, contudo os documentos apontam que cada um deles contava com uma quantidade de escravos de variava entre vinte e trinta<sup>28</sup>. Estes proprietários eram reconhecidos como “senhores de engenho”, posição que conferia a eles prestígio social, e inclusive nas correspondências oficiais à Lisboa há referências desta atividade, ao lado da mineração, fazendo parte das práticas que conferiam prestígio social<sup>29</sup>.

Destacamos as atividades econômicas desenvolvidas no meio rural, as quais são o objeto principal de nossas pesquisas. No meio urbano, porém, desenvolviam-se atividades artesanais, manufatureiras, comerciais, além da venda de força de trabalho escrava e livre por meio de “jornais”. E era no meio urbano o “lugar” onde havia a concentração das atividades mercantis.

Como lembra Marx, no texto que inspirou este artigo, “não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria”<sup>30</sup>. Havia uma rede de comércio que possibilitava o intercâmbio de mercadorias, contando com comerciantes responsáveis pelo comércio monçoeiro e por outros pequenos comerciantes que negociavam com os roceiros e revendiam parte de sua produção<sup>31</sup>.

Apesar das atividades econômicas terem se diversificado consideravelmente após uma década e meia de colonização, seria um erro afirmar que houve uma transição de práticas sertanistas ligadas à caça ao índio, descobertos auríferos para uma economia consolidada em torno de produção de mercadorias, práticas comerciais e cobrança de tributos. Todas estas práticas, apesar de cronologicamente umas antecederem às outras, faziam parte de uma mesma rede de relações econômicas e sociais, que possibilitaram a formação de um substrato econômico necessário para avançar no processo de conquista.

---

<sup>26</sup> CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>27</sup> CAMELO, João Cabral. *Op. cit.* p. 139.

<sup>28</sup> CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>29</sup> CARTA do ouvidor da Vila de Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei D. João V, Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 30-03-1731, mss., microfilme Rolo 01, doc. 50, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>30</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* p. 81

<sup>31</sup> CAMELO, João Cabral. *Op. cit.* p. 139.

É na reprodução contínua de todas estas atividades que se pode entender, do ponto de vista econômico, o avanço do processo de colonização no centro da América do Sul. Os descobertos auríferos a oeste da Vila Real, a partir de 1734, ocorreram concomitantemente ao aprisionamento dos *Pareci*, na região que passou a ser chamada de “Mato Grosso dos Parecis” e depois apenas Mato Grosso.

Rapidamente constituíram-se três arraiais nas “Minas do Mato Grosso”, dos quais o principal era o arraial de São Francisco Xavier. Estes novos descobertos possibilitaram um impulso para as atividades produtivas e comerciais. Os preços registrados no arraial de São Francisco Xavier em 1738 mostram que os valores das mercadorias eram em média mais que o triplo dos preços praticados na Vila Real<sup>32</sup>. A ligação entre os arraiais, de 1734 a 1736 era por via fluvial, mas a partir da abertura de caminhos, a via terrestre passou a ser a mais utilizada. Nos primeiros anos os produtos transportados de Cuiabá à Mato Grosso eram conduzidos “nas costas dos negros”, segundo as autoridades, “por não haver cavalos nestas minas”<sup>33</sup>. Sabemos que havia cavalos, mas talvez não em número suficiente para o transporte de mercadorias, situação que se alteraria com a abertura do caminho de terra de ligava a Vila Boa de Goiás e Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, que foi concluído em 1737. A abertura deste caminho de terra era reivindicada por vários motivos, entre eles a dependência do comércio de gado e cavalos com os *Mbayá-Guaycuru*<sup>34</sup>.

A abertura do caminho de terra possibilitou a entrada de gado, muares e cavalos em grande escala para o termo da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. O fluxo não somente de cavalos, mas de gado e outras mercadorias intensificou-se ao longo dos anos. Apesar de já haver gado em Cuiabá desde o princípio da colonização, foi somente após a abertura deste caminho de terra que a região pode contar a quantidade de gado suficiente para a formação de grandes latifúndios dedicados à pecuária. Arruda aponta relevantes impactos da pecuária, segundo este autor “a presença do gado alarga os horizontes do comércio, não significando apenas suprimento de carne, mas também que transporte de cargas ganham mais velocidade”<sup>35</sup>.

A partir principalmente da década de 1740 formaram-se grandes latifúndios na parte norte do Pantanal, mudando inclusive o perfil dos pedidos de sesmarias para a região,

---

<sup>32</sup> CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>33</sup> CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>34</sup> CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>35</sup> ARRUDA, Elmar Figueiredo. *Formação do mercado interno em Mato-Grosso – século XVIII*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 1987. p. 79.



que antes feitos principalmente para a criação de porcos e cultivo de roças e que passaram a ser fetos também para a formação de “currais”. Os grandes latifúndios abertos pela elite local mostram um investimento de capitais advindos da mineração na pecuária extensiva<sup>36</sup>.

Mas a importância destes dois caminhos de terra extrapola a questão da entrada de gado, cavalos e muares para Mato Grosso. Até a abertura do caminho de terra de Goiás a Cuiabá a única rota comercial que ligava a região ao litoral era a o caminho monçoeiro. Depois da abertura destes caminhos os comerciantes das monções tiveram que concorrer com as tropas que percorriam os caminhos de terra, integrando os dois distritos (Cuiabá e Mato Grosso) do termo Vila Real de Cuiabá, não apenas a Goiás, mas também ao litoral sudeste e norte da América Portuguesa<sup>37</sup>.

Avançando em direção oeste, os colonos portugueses aproximavam-se cada vez mais de territórios espanhóis, o que gerou uma diversidade de reações por parte dos colonos portugueses. Os comerciantes, produtores e algumas autoridades viam na proximidade com os espanhóis a oportunidade de inserir seus produtos em um mercado de grandes dimensões como os núcleos urbanos do Alto Peru<sup>38</sup>. Outras autoridades viam com receio a aproximação dos territórios hispânicos escrevendo ao rei aconselhando a proibição de qualquer contato com os castelhanos<sup>39</sup>.

Quando os sertanistas chegam ao vale do rio Guaporé, no extremo oeste, já existe uma estrutura capaz dar suporte aos interesses dos colonos. A pescaria neste rio e a venda do peixe salgado nos arraiais de Mato Grosso foi atividade presente desde os primeiros anos de colonização da região e reproduziu-se assim como em Cuiabá por uma rede que articulava livres pobres que se dedicavam a pescaria e comerciantes que vendiam os peixes nos arraiais e povoados do distrito de Mato Grosso. Além da pescaria, a produção de alimentos também foi fundamental para a transformação do “Porto da Pescaria” em povoação fixa e em paragem estratégica para o estabelecimento de contatos com os súditos da Coroa espanhola. A existência de espacialidades rurais foi, portanto, fundamental para o engendramento da conquista do vale do rio Guaporé. A povoação de Ilha Comprida, por

---

<sup>36</sup> SIQUEIRA, *Op. cit.* p. 37-40.

<sup>37</sup> A historiografia trata a rota Goiás-Cuiabá como uma via de mão-única na qual apenas trazia-se gado, cavalos e muares para as minas do Cuiabá e do Mato Grosso, no entanto a produção mercadorias de alto potencial mercantil como a produção de aguardente em escala considerável e de tabaco, por exemplo, são indícios que de que a produção do termo da Vila Real estava ligada a relações comerciais mais amplas com outras praças comerciais da América Portuguesa.

<sup>38</sup> CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>39</sup> CARTA do intendente e provedor Manuel Rodrigues Torres ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-08-1740; mss., microfilme Rolo 02, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

exemplo, é citada na documentação, como espaço muito próximo as missões espanholas, onde se desenvolviam atividades rurais e relações, inclusive de cooperação, com os padres espanhóis<sup>40</sup>.

O primeiro contato direto, do qual se tem notícia, entre portugueses e as missões jesuíticas espanholas ocorreu em 1740<sup>41</sup>. Outra viagem exploratória para o território espanhol ocorreu em 1742, e partiu do arraial de São Francisco Xavier. Esta viagem é minuciosamente relatada em uma “relação” feita pelo ouvidor geral da câmara de Cuiabá, João Gonçalves Pereira<sup>42</sup>. Estes mesmos sertanistas que entraram em contato as missões jesuíticas, foram os primeiros, que se tem notícia, que empreenderam viagem de Mato Grosso ao Pará, pelo rio Guaporé<sup>43</sup>. Não sabemos até que ponto ambas as metrópoles incentivavam ou proibiam os contatos entre os súditos das coroas ibéricas. Temos indícios, contudo, que a partir deste primeiro contato rapidamente desenvolveram-se atividades de contrabando. Logo em 1743 houve denúncias de que açúcar, sabão, pano de algodão e aguardente eram contrabandeados por comerciantes<sup>44</sup>.

Em 1740, a rota Guaporé-Madeira, foi utilizada pela primeira vez, interligando os dois Estados portugueses na América. Também na década de 40 os colonos portugueses chegaram ao Pará pela rota Arinos-Tapajós, ao norte da Vila Real<sup>45</sup>. No entanto a rota Arinos-Tapajós não se tornou uma rota comercial regular como o trajeto pelo rio Guaporé. Cremos que os principais motivos para este fato, foram os descobrimentos de diamantes na região do Alto Paraguai<sup>46</sup>, os interesses geopolíticos portugueses em avançar a conquista para os territórios em litígio com a coroa espanhola<sup>47</sup> e os interesses dos comerciantes e também da Coroa em manter relações comerciais com os espanhóis.

A abertura do caminho de terra de Goiás a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e desta vila até os arraiais do distrito de Mato Grosso e o posterior contato com os espanhóis completaram uma linha tortuosa que unia o centro da América do Sul aos

---

<sup>40</sup> “Foi este o primeiro ano (1746) em que se foram situar em forma de arraial na ilha Comprida de onde uns saíam à pescaria, que seca ou salgada, traziam a vender a estas minas, e outros tomavam aos sertões a conquista do gentio, e ao mesmo tempo entravam os padres Missionários das Índias de Espanha a fundar aldeias que fizeram na margem oriental deste rio, ajudados para isso dos mesmos portugueses a quem pediram várias vezes ajuda para dominarem o gentio”. BORGES, Francisco Caetano. (...) op. cit. p. 21.

<sup>41</sup> CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2004. p. 216.

<sup>42</sup> PEREIRA, João Gonçalves. *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as missões Jesuíticas de Moxos*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

<sup>43</sup> BORGES, Francisco Caetano. (...) op. cit. p.20.

<sup>44</sup> CARTA do provedor Manoel Roiz Torres a S. M. sobre o contrabando com os espanhóis por parte de algumas pessoas das Minas do Mato Grosso. AHU/NDHIR mficha 39 doc. 326. Lisboa, 01 de abril de 1743.

<sup>45</sup> FONSECA, João Gonçalves da. *Op. cit.* p. 27.

<sup>46</sup> A exploração de diamantes na região do Alto Paraguai foi proibida pela Coroa, devido o monopólio real sobre sua exploração.

<sup>47</sup> CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.* p. 232.

oceanos Atlântico e Pacífico. Sua produção estava ligada a circuitos mercantis locais, regionais, coloniais, em relações comerciais do Estado do Brasil com o Estado do Grão-Pará e Maranhão e ainda com os territórios espanhóis.

Parte da historiografia sobre o período colonial, de uma forma geral, e a historiografia econômica, em particular, partilha das análises consagradas de autores como Caio Prado Júnior<sup>48</sup>, Celso Furtado<sup>49</sup>, Sérgio Buarque de Holanda<sup>50</sup>, que embora tenham opções teóricas e metodológicas bem distintas entre si, tem como ponto comum a idéia de que as atividades que não estavam ligadas diretamente a produção aurífera, eram apenas subsidiárias destas, e não podem servir de base para compreender a reprodução da sociedade colonial.

Não ambicionamos negar que a “origem” da formação de uma sociedade colonial portuguesa no centro da América do Sul esteve condicionada aos descobrimentos auríferos. O que não aceitamos é que esta percepção da “origem” sirva como explicação para o desdobramento das relações sociais e econômicas que se desenvolveram concomitantemente aos descobrimentos<sup>51</sup>.

Para a colonização portuguesa no centro da América do Sul foi necessário bem mais do que a extração de ouro. Uma diversidade de relações econômicas e sociais que *articuladas* possibilitou a conquista dos territórios indígenas e em litígio com os territórios espanhóis. Estas articulações fazem com que o ouro extraído da terra, assim como qualquer outra mercadoria, esteja marcado por uma série de relações de intercâmbio social que extrapolam a noção simplista que muitos autores têm sobre as áreas mineiras de uma forma geral e, em particular sobre as “Minas do Cuiabá e do Mato Grosso”.

A tese consagrada e largamente aceita de que todas as atividades econômicas em áreas de mineração gravitavam em torno da produção aurífera, implica na simplificação da economia colonial e das relações entre o Império Português e suas possessões coloniais. A própria fundação da Vila Real “tem sido explicada como manobra fiscal”<sup>52</sup> cujos únicos objetivos eram coibir os descaminhos do ouro e ampliar a arrecadação. Apesar de a

---

<sup>48</sup>PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Editora Brasileira, 1997. p. 122; 123; 160.

<sup>49</sup>FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 2003. p. 83; 91.

<sup>50</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994. p.147- 149.

<sup>51</sup> Sobre a crítica dos estudos que buscam na *origem* a explicação para os fatos: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997 p. 28.

<sup>52</sup> ROSA, Carlos Alberto. *Op. cit* p. 37.

preocupação fiscal ser verificável na documentação, ela não justifica, e muito menos explica, a fundação da Vila Real. “Neste sentido, o fisco ofusca”<sup>53</sup>.

Por outro lado, uma análise um pouco mais cuidadosa dos dados tributários nos leva à percepção da outra face do *fetichismo* do ouro. Além de como as outras mercadorias, encobrir as relações que possibilitaram sua produção, o ouro tem a especificidade de ser também um equivalente geral, ou seja, moeda, dinheiro.

O intendente informou que na monção geral de 1740, foi enviado de Cuiabá com destino a Lisboa, o ouro referente a três matrículas da capitação. Geralmente esta quantia das capitações é referenciada pelos historiadores como sendo o índice de ouro que a metrópole lucrou com a produção aurífera<sup>54</sup>. No entanto, a capitação é capaz de revelar muito mais do que simplesmente a quantidade de ouro extraída das minas. Vejamos a capitação referente à segunda matrícula de 1739:

**TABELA I**  
Valores da *capitação* referente a segunda matrícula de 1739.

Referência	Valor em oitavas
3.170 escravos	7.528 $\frac{3}{4}$
85 escravos com multa	221 $\frac{3}{4}$ e 14 grãos
Ofícios	137 $\frac{3}{4}$ e 1 grão
Forros e livres que mineram	223 e 7 grãos
Lojas, boticas e cortes de carne	308 $\frac{3}{4}$ 4 grãos
Vendas	84 $\frac{1}{4}$ 11 grãos
Livro de denúncias	52 $\frac{1}{4}$ 4 grãos
Do livro da primeira matrícula de escravos adventícios	22 $\frac{3}{4}$ 4 grãos
Do livro da primeira matrícula as lojas, boticas, vendas e cortes de carne	12 $\frac{3}{4}$ 12 grãos
<b>Total</b>	<b>8.592 e 17 grãos</b>

Fonte: RELAÇÃO (cópia) do ouro da Real Capitação. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

O valor da capitação não corresponde a uma parte do ouro extraído das minas que, como recurso natural valioso, era enviado para a metrópole. Antes de tudo é preciso ter a percepção de que os metais preciosos, como equivalentes gerais, “já saem das entranhas da terra como encarnação direta de todo trabalho humano”<sup>55</sup>, ou seja, os números da capitação não correspondem diretamente à quantidade do ouro extraído nas minas que cabia à Fazenda Real, mas sim a uma quantia de trabalho humano, utilizado tanto nas atividades de extração mineral como em outras atividades econômicas.

<sup>53</sup> ROSA, Carlos Alberto. *Op. cit* p. 37.

<sup>54</sup> SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978. PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.

<sup>55</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* p. 104. Mesmo no sistema de arrecadação através dos quintos, isto também é verdadeiro, embora a caráter fetichista seja ainda mais exacerbado, por tornar o mistério do valor ainda mais difícil de ser decifrado.

Esta capitação correspondia às “Minas do Cuiabá” e às “Minas do Mato Grosso”. Não tivemos contato com o livro de registro para especificar o rendimento de cada localidade, mas os indícios mostram que a maior parte do valor das capitações é das “Minas do Cuiabá”. João Gonçalves da Fonseca aponta que no livro de registro da capitação estavam matriculados 1100 escravos nas minas do Mato Grosso<sup>56</sup>, valor que corresponde a pouco menos de 32% do total de escravos matriculados. Valor bastante significativo uma vez que havia apenas cinco anos do início da exploração daquelas minas.

Percebemos que além da capitação dos escravos, outros itens compõem a lista da arrecadação de tributos, como os ofícios, as lojas, vendas, boticas e cortes de carne, num valor que corresponde a pouco menos de 9% do total. Como valor, o total dos itens pode ser visto como irrisório, mas como indício é significativo, pois o valor em dinheiro “dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores”<sup>57</sup>. Os produtos do trabalho “adquirem (...) como valores, uma realidade socialmente homogênea, distinta da sua heterogeneidade”<sup>58</sup>.

Mesmo que fossem apenas 9% dos rendimentos da Coroa que proviessem de outras atividades que não a extração aurífera, poderíamos afirmar que no ouro que partia para Portugal na capitação estavam “grudadas” uma diversidade de relações de trabalho que embora monetariamente correspondessem a um pequeno percentual, envolviam uma parcela significativa da população, que não podem ter sua história, mesmo do ponto de vista econômico, reduzida a índices de valor monetário.

Veremos, todavia, que os valores das atividades não diretamente ligadas à mineração correspondem a um percentual bem mais expressivo desta capitação. Segundo José Gonçalves da Fonseca dos 1100 escravos “que constam pelo livro da matrícula da capitação (...) somente seiscentos é que poderão empregar nas faisqueiras e nas lavras, por se ocupar o resto de lavouras de mantimentos”<sup>59</sup>. Portanto, 500 escravos nas “minas do Mato Grosso”, dos quais foram cobradas taxas de capitação não se ocupavam da produção aurífera.

Seria muito arbitrário aplicar a mesma relação entre escravo das minas e escravo das lavouras para as “minas do Cuiabá”, no entanto, no mesmo relato, Fonseca aponta que havia, nas imediações da Vila Real, dezesseis engenhos<sup>60</sup>. Apesar dos escravos dos

---

<sup>56</sup> FONSECA, João Gonçalves. *Op. cit.* p. 16.

<sup>57</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* p. 84.

<sup>58</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* p. 82.

<sup>59</sup> FONSECA, João Gonçalves. *Op. cit.* p. 16.

<sup>60</sup> FONSECA, João Gonçalves. *Op. cit.* p. 34.

engenhos não estarem desenvolvendo atividades mineiras, os senhores de engenho pagavam a capitação sobre eles<sup>61</sup>. Levando em conta que em média havia de 20 a 30 trabalhadores escravos por engenho<sup>62</sup>, tomando 25 como média, teríamos cerca de 400 escravos.

A estimativa mínima de mão-de-obra escrava em atividades rurais matriculados na capitação seria de 900 escravos, correspondendo a pelo menos 28, o que representa 4% da renda total obtida com a matrícula de escravos. Somando-se o valor aproximado de 2.137 oitavas da capitação destes escravos com 766 oitavas de outras atividades econômicas (boticas, vendas, lojas e etc.) obtemos o número de 2903 oitavas que corresponde a 33% do total da renda da capitação. Valor sem dúvida significativo, mesmo para os historiadores da economia que confundem importância econômica com índice monetário.

Não é apenas na capitação que homens e mulheres, escravos e livres, “imprimiram suas marcas” no ouro que era enviado para Portugal. No pagamento dos direitos dos dízimos e das entradas (que correspondem ao imposto sobre a produção rural e da entrada de mercadorias em áreas mineradoras), é possível perceber a dimensão das atividades rurais e do comércio reproduzidos no centro da América do Sul na primeira metade do século XVIII.

Estes direitos muitas vezes não eram cobrados diretamente pela Coroa, ficando a cargo de sociedades ou particulares, que arrematavam os contratos de cobrança destes tributos. Estes contratos têm sido analisados de forma mais atenta em trabalhos recentes. Sampaio<sup>63</sup>, por exemplo, analisando os contratantes do Rio de Janeiro, afirma que “a contratação de rendimentos e monopólios régios constituía (...) um poderoso instrumento de acumulação e de influência (...) propiciando a formação de uma elite”<sup>64</sup>.

Em uma carta enviada ao rei em 1722, o governador da capitania de São Paulo, escreve o governador do Rio de Janeiro, e comunica que os dízimos de Cuiabá, neste mesmo ano, foram arrematados por 18:000\$00 anuais, um valor exorbitante para a época. Na mesma carta, o governador de São Paulo aponta que no princípio da exploração nas

---

<sup>61</sup> CARTA de Luiz de Mascarenhas ao rei D. João V. São Paulo, 03-10-1744; mss., microfilme Rolo 02, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT. JUNTA da câmara da Vila Boa de Goiás. Vila Boa de Goiás, 23/05/44. mss., microfilme Rolo 02, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>62</sup> CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>63</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império Português (1701-1750) in FRAGOSO, João L., BICALHO, Maria F. e Gouvêa, Maria F. S. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>64</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Op. cit.* p. 98.

minas das Gerais, nunca os dízimos destas, somados com os dízimos de São Paulo, ultrapassaram 7:200\$000<sup>65</sup>. Os dízimos do Rio de Janeiro em 1727 foram arrematados por 16:900\$000 anuais (ver Tabela II). No entanto, o valor deste primeiro contrato parecia corresponder mais a uma economia potencial tendo como base, talvez, a experiência das Gerais, do que na realidade das atividades produtivas desenvolvidas nas “minas do Cuiabá” já que os valores posteriores são muito diferentes<sup>66</sup>. Ao longo da primeira metade do século XVIII, os valores dos contratos para as “minas do Cuiabá” mantiveram-se estáveis em torno de 5:800\$000 anuais<sup>67</sup>.

Estudos como o de Helen Osório sobre a arrematação de contratos reais, podem nos auxiliar a relacionar estes valores com os contratos de outras regiões da América Portuguesa. O contrato de Santos, São Paulo e Rio Grande de São Pedro foi arrematado, em 1747, por 10:600\$000 anuais (sem especificação do valor atribuído a cada localidade). Já em 1750 “houve especificação de valores: de um total de 10.815\$000, correspondiam ao Rio Grande e Santa Catarina 30% deste valor, e a São Paulo e Paranaguá, 70%”<sup>68</sup>.

Fazendo as contas, os dízimos de São Paulo e Paranaguá, em 1750 correspondem ao valor de 7:570\$000 e ao Rio Grande e Santa Catarina a 3:244\$000. Valores que colocam o contrato dos dízimos de Cuiabá em posição intermediária. Em relação aos contratos dos dízimos arrematados em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia o valor do contrato das “minas do Cuiabá” são bem menores,

**TABELA II**

Dízimos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro e Cuiabá: 1727-42 – em mil-réis.

Anos	Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro	Cuiabá
1727	72:050	20:000	16:900	5:800
1729	72:050	20:500	18:920	6:800
1741	52:420	11:260	19:205	6:920
1742	52:420	11:260	19:208	6:920

FONTE: Elaborado a partir de FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João L. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*, p. 246 (adaptado) e da RELAÇÃO dos contratos dos dízimos da comarca de Cuiabá. Lisboa, s/data (post. 1764) mss., microfilme Rolo 11, doc. 729, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>65</sup> CARTA de Rodrigo César de Menezes ao governador do Rio de Janeiro. São Paulo, 02-05-1722. mss., livro C001 doc. 42, APMT.

<sup>66</sup> Não sabemos se o valor do contrato de 1722 foi pago à Fazenda Real, e também não encontramos este contrato para saber se havia cláusulas específicas.

<sup>67</sup> RELAÇÃO dos contratos dos dízimos da comarca de Cuiabá. Lisboa, s/data (post. 1764) mss., microfilme Rolo 11, doc. 729, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>68</sup> OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação de contratos: o exemplo do Rio Grande do Sul In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *Op. cit.*, p. 111.

No entanto, se desprezarmos os valores absolutos e nos atermos a renda dos dízimos por habitante, os valores se inverteriam, dada a disparidade demográfica das regiões. Apesar de, como salientou João Fragoso, a arrematação de contratos envolverem “negociações entre funcionários do rei e os arrematadores”<sup>69</sup> que não são necessariamente pautadas em questões *puramente* econômicas, acreditamos que os valores podem ser, levando em conta inclusive estas “negociações”, indícios da produção e da circulação de mercadorias.

Também os “direitos das entradas”, fornecem indícios importantes. Em 1740 o valor anual do contrato, para os caminhos que ligavam as minas da capitania de São Paulo, era de 22 arrobas e meia libra de ouro<sup>70</sup>. O valor do mesmo contrato, para os caminhos que ligavam Rio de Janeiro a Minas Gerais, era no mesmo ano de 1740, de 50 arrobas, mais que o dobro, enquanto que, para os caminhos que por Pernambuco e Bahia chegavam a Minas Gerais, o valor era de 34 arrobas. Somando-se todos os valores os direitos das entradas rendiam à Coroa 106 arrobas e meia libra de ouro. O percentual que correspondente às minas da capitania de São Paulo é pouco mais de 22%, valor bastante expressivo, visto diferença nos índices demográficos entre as regiões.

Os contratadores tinham grandes margens de lucro com os contratos. Segundo Helen Osório “os contratos eram mais lucrativos que os engenhos e o tráfico de escravos”<sup>71</sup>. Mas, além de demonstrar um dos mecanismos utilizados pela elite colonial e metropolitana para acumular capital, a análise dos contratos mostra que o “conjunto de lavradores, comerciantes e artífices” formavam um “circuito de acumulação de rendas”<sup>72</sup>, que de acordo com os valores expressados são monetariamente significativos, mas, principalmente, são reveladores de uma série de atividades econômicas essenciais para a reprodução da sociedade colonial.

Segundo Marx, a “magia do dinheiro” está justamente na capacidade deste em fazer desaparecer todo um conjunto de relações sociais que em intercâmbio possibilitam a

---

<sup>69</sup> FRAGOSO, João L. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII). In FRAGOSO, João L., BICALHO, Maria F. e Gouvêa, Maria F. S. *Op. cit.* p. 65.

<sup>70</sup> TERMO DE ARREMATACÃO (cópia) dos rendimentos das entradas para as minas da capitania de São Paulo. Lisboa, 09-01-1742. mss., microfilme Rolo 03, doc. 160, (AHU) – NDIHR/UFMT.

<sup>71</sup> OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII) in FRAGOSO, João L., BICALHO, Maria F. GOUVÊA, Maria de F. *Op. cit.* p. 116.

<sup>72</sup> FRAGOSO, João L. *Op. cit.* p. 65.



acumulação de capital. O valor “transforma cada trabalho num hieróglifo social”<sup>73</sup>, que pode e precisa ser decifrado.

O estudo sobre a produção de mercadorias, nos territórios que formariam, em 1748, a capitania de Mato Grosso, particularmente no meio rural, é capaz de demonstrar muito mais que especificidades regionais da sociedade colonial. Um estudo localizado, em escala diminuta, pode revelar indícios importantes para a construção de hipóteses que extrapolem o âmbito local, constituindo-se em uma via de mão-dupla entre o micro e o macro.

Os produtos no meio rural, no termo da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, quando se tornavam mercadorias deixavam de ser coisas materiais, localizáveis no tempo e no espaço, para se relacionarem com outras mercadorias (inclusive com o dinheiro), adquirindo uma forma *valor*. Como valores, estas se inserem em relações econômicas que tornam sua produção um mistério. Como mercadorias, elas propiciam a acumulação de capital em diferentes níveis (local, colonial, metropolitano, europeu), compondo um “sistema”, palavra muito significativa, pois, inserida em um “sistema”, as práticas sociais e econômicas estão articuladas e ganham sentido em um quadro amplo de relações.

Para compreender a economia colonial de forma sistêmica é bastante conveniente discutir a noção de “Antigo Sistema Colonial”, de Fernando Novais<sup>74</sup>. Para nós, o grande mérito deste autor, em termos de história econômica, foi articular o desenvolvimento de atividades econômicas na América Portuguesa com processos históricos amplos, como a “Acumulação Primitiva do Capital” e a transição do feudalismo ao capitalismo, processo que caracteriza a Época Moderna. No entanto, a grandeza de sua obra não pode nos intimidar a questioná-la em alguns pontos. Nosso objetivo não é criticar a noção de “Sistema Colonial” para descartá-la, mas revisitar alguns pontos críticos na formulação desta noção que merecem considerações. Vejamos três questões significativas para nossa análise.

Primeiramente, assim como Caio Prado, Novais reforça que o “sentido da colonização” está na exploração de atividades voltadas para o mercado externo. Novais afirma, de forma categórica, que “toda a estruturação das atividades econômicas coloniais,

---

<sup>73</sup> MARX, Karl. *Op. cit.* p. 81. Neste sentido, e curiosamente, Foucault se aproxima de Marx a comparar o trabalho do historiador com uma arqueologia do documento. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997 p. 8.

<sup>74</sup> NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

bem como a formação social a que serve de base, definem-se nas linhas de força do sistema colonial mercantilista, isto é, nas suas conexões com o capitalismo comercial”<sup>75</sup>.

A relação das atividades econômicas com as “formações sociais” deve ser pensada de forma mais complexa, pois percebemos claramente, em estudos utilizando uma escala menor, que a sociedade não reage espasmodicamente aos impulsos da economia. Acreditamos que o “Sistema Colonial” deve ser analisado sem hierarquização entre as atividades econômicas e sociais, e que estas devem ser analisadas justamente nos processos de troca e de intercâmbio que mantêm umas com as outras. Acreditamos que, ao contrário do que afirma Caio Prado, estudos sobre atividades econômicas e práticas sociais que não estão diretamente ligadas ao comércio atlântico, podem revelar aspectos importantes sobre o *modus operandi* da formação econômica e social da América Portuguesa.

O segundo ponto é a influência do trabalho de Maurice Dobb<sup>76</sup> na análise de Fernando Novais. Historiador marxista, analista da formação do mundo contemporâneo, Dobb é criticado por sua ortodoxia, e pela forma economicista e linear com que desenvolveu sua tese. A influência de Dobb é marcante em trechos nos quais Novais aborda as passagens do feudalismo ao capitalismo e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial<sup>77</sup>.

Consideramos que as práticas produtivas na América Portuguesa não podem mais ser pensadas em termos de práticas “capitalistas”, “não-capitalistas” e “pré-capitalistas”, pois mesmo práticas que aparentemente não funcionam como “acumuladoras de capital”, como o trabalho camponês, por exemplo, assumem inseridas no “sistema”, um caráter capitalista, articulam-se com práticas de exploração e de dominação, como a cobrança de tributos e o fornecimento de mercadorias para os comerciantes.

O terceiro ponto refere-se à pouca importância que Fernando Novais atribuiu aos acontecimentos. Segundo Novais “seria desconhecer os mecanismos profundos deste processo, e ficar na superfície dos eventos, ignorar aquele projeto básico, que por muito tempo informou a política ultramarina das nações européias”<sup>78</sup>. As marcas das reflexões de Braudel são evidentes neste trecho.

A historiografia após o estruturalismo redescobriu o “acontecimento” como ponto primordial da análise. Ao invés de enganar ou levar a falsas conclusões, o estudo mais detido dos acontecimentos é a melhor forma de questionar os modelos teóricos vigentes.

---

<sup>75</sup> NOVAIS, Fernando. *Op. cit.* p. 97.

<sup>76</sup> DOBB, Maurice H. *Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

<sup>77</sup> NOVAIS, Fernando. *Op. cit.* p. 33; 64; 68; 74; 92.

<sup>78</sup> NOVAIS, Fernando. *Op. cit.* p. 60.

Estas mudanças na historiografia não podem ser desconsideradas. A noção de “Sistema Colonial” precisa ser redimensionada para levar em conta os acontecimentos e as realidades micro; não substituindo a estrutura pelo acontecimento, ou o macro pelo micro, mas analisando a relação acontecimento/estrutura, macro/micro de forma dialética, sem estabelecer níveis de determinação.

A formação de ambientes rurais o extremo oeste da América Portuguesa, na primeira metade do século XVIII, pode ser analisada de forma sistêmica, pois estava articulada a um circuito de relações econômicas e sociais que possibilitaram a constituição de uma sociedade colonial no centro da América do Sul.

A importância destas “formações sociais” não pode ser reduzida ao seu valor monetário na balança comercial entre metrópole e colônia. O “sentido da colonização” não pode ser confundido com os interesses metropolitanos de explorar os territórios ultramarinos para acumular capital. Se a colonização pode ser analisada em termos de “sentido”, este só pode ser entendido nas relações que os diferentes grupos sociais mantinham entre si e com as diferentes expressões do poder metropolitano.

A utilização da noção de “fetichismo da mercadoria”, de Marx, pode ter soado como um atraso, um retorno, em um momento de renovação epistemológica da historiografia, no entanto, parece-nos que esta noção tem convergências com as reflexões contemporâneas, muitas das quais a historiografia econômica reluta em incorporar. Neste artigo pretendemos mostrar que a análise do “caráter misterioso” da mercadoria-ouro pode contribuir para que os historiadores dedicados aos estudos sobre o funcionamento da economia dediquem-se aos estudos dos valores, não apenas como “índices”, mas, principalmente como “indícios”<sup>79</sup>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Elmar Figueiredo. *Formação do mercado interno em Mato-Grosso – século XVIII*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 1987.

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1990

CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2004.

COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes*. Pantanal entre os séculos XVI a XVIII. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997.

---

<sup>79</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

- DOBB, Maurice H. *Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.
- FRAGOSO, João L., BICALHO, Maria F. e Gouvêa, Maria F. S. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, 1982
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. V. I. São Paulo: Ed. Difel. São Paulo, 1982.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- PALACIOS, Guilherme. *Campesinato e escravidão no Brasil - agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Ed. UNB, 2004.
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Editora Brasileira, 1997.
- REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*. Vida urbana em Mato-Grosso no século XVIII: 1722-1808. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1996.
- \_\_\_\_\_, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. *A terra da conquista: história de Mato-Grosso Colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003.
- SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A ocupação pioneira da região do Rio Cuiabá abaixo*. Cuiabá: IHGMT. Publicações Avulsas, nº1 1997.